
A QUESTÃO HABITACIONAL DO MARAJÓ OCIDENTAL: AS CONDIÇÕES DE MORADIA NO MUNICÍPIO DE MELGAÇO/PA

THE HOUSING ISSUE OF THE WESTERN MARAJÓ: LIVING
CONDITIONS IN THE MUNICIPALITY OF MELGAÇO / PA

Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães¹

<https://orcid.org/0000-0001-5485-6611>
<http://lattes.cnpq.br/0016401443592564>

Calebe da Costa²

<https://orcid.org/0000-0003-2063-8207>
<http://lattes.cnpq.br/3282157407068935>

João Vitor Lima Nogueira³

<https://orcid.org/0000-0001-9572-0411>
<http://lattes.cnpq.br/7264431420180952>

Recebido em: 19 de março de 2021

Aceito em: 26 de maio de 2021

RESUMO: No presente artigo tratamos sobre a questão habitacional no Marajó Ocidental, tendo como recorte o município de Melgaço (Marajó/PA), especificamente a “Rua do Matadouro” do Bairro Miritizal, com o objetivo de analisar as condições de moradia na região. Como ponto de partida para desenvolver este estudo, discorreremos sobre a política habitacional no Brasil e o processo de luta pelo direito à moradia, dando destaque à Constituição Federal de 1988 e ao Estatuto da Cidade de 2001. Na parte seguinte, refletimos sobre a questão habitacional nas cidades amazônicas, recorrendo ao conceito de submóradas, para pensarmos a realidade marajoara, para então darmos destaque à problemática habitacional do município de Melgaço/PA. Tomando estes aspectos, desenvolvemos a caracterização e a análise do *locus* da pesquisa, apresentando o perfil de seus moradores e as condições de moradia. Este estudo se constitui em pesquisa exploratória, no qual recorreremos a levantamento bibliográfico, documental e de campo, tendo realizado no mês de outubro de 2020 entrevista semiestruturada com 11 sujeitos, dialogando sobre aspectos como características das moradias, renda e os serviços públicos disponíveis para a comunidade local. A fim de refletirmos sobre as condições de vida e moradia da população marajoara melgacense, assim como oferecer subsídios para o fortalecimento de políticas sociais na região, antes de nossas considerações finais, apresentamos uma seção que se dedica às atribuições e possibilidades da atuação do assistente social na construção de

¹ Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó/Breves da UFPA (FACSS/CUMB/UFPA). Coordenadora do Programa e Líder do Grupo de Pesquisa Direitos Humanos, Infâncias e Diversidade no Arquipélago do Marajó. - jacquetsg@gmail.com

² Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus Universitário do Marajó/Breves da UFPA (FACSS/CUMB/UFPA). - kalebkost@hotmail.com

³ Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará – UFPA, Campus Universitário do Marajó/Breves da UFPA (FACSS/CUMB/UFPA). - joaossufpa@gmail.com

políticas urbanas e habitacionais que sejam inclusivas e democráticas, indicando a importância da obrigatoriedade da presença deste profissional nas referidas políticas. Contudo, ao longo desta pesquisa observamos as lacunas tanto nas políticas sociais disponíveis quanto na equipe técnica das instituições responsáveis pela gestão do território melgacense, situação agravada pela ausência de renda de parcela massiva da população que ao não ter o seu direito à moradia e à uma cidade sustentável garantidas passam a fomentar estratégias particulares e coletivas de ocupação e improvisando as suas casas. Infelizmente, esta realidade não se restringe à realidade melgacense e se encontra em outros municípios marajoaras.

Palavras-chave: Pobreza. Submoradia. Política Habitacional. Amazônia. Marajó.

ABSTRACT: In this article, we deal with the housing issue in Marajó Ocidental, with the municipality of Melgaço (Marajó / PA) as its focus, specifically the “Rua do Matadouro” district of Miritizal, with the objective of analyzing housing conditions in the region. As a starting point to develop this study, we discussed the housing policy in Brazil and the process of fighting for the right to housing, highlighting the Federal Constitution of 1988 and the City Statute of 2001. In the next part, we reflect on the housing issue in Amazonian cities, using the concept of precarious houses, to think about the Marajoara reality, and then to highlight the housing problems in the municipality of Melgaço / PA. Taking these aspects into account, we developed the characterization and analysis of the locus of the research, presenting the profile of its residents and housing conditions. This study constitutes exploratory research, in which we used a bibliographic, documentary and field survey, having conducted, in October 2020, a semi-structured interview with 11 subjects (one representative per family), discussing aspects such as housing characteristics, income and public services available to the local community. In order to reflect on the living and housing conditions of the population of marajoara melgacense, as well as offering subsidies for the strengthening of social policies in the region, before our final considerations, we present a section that is dedicated to the duties and possibilities of the work of the social worker in the construction of urban and housing policies that are inclusive and democratic, indicating the importance of the mandatory presence of this professional in those policies. However, throughout this research we observed gaps both in the available social policies and in the technical team of the institutions responsible for the management of the territory of melgacense, a situation aggravated by the lack of income for a massive portion of the population who, as they do not have their right to housing and guaranteed sustainable cities start promoting private and collective occupation strategies and improvising their homes. Unfortunately, this reality is not restricted to the melgacense reality and is found in other municipalities in Marajoara.

Keywords: Poverty. Sub-dwelling. Housing Policy. Amazon. Marajó.

1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, destacamos que esta pesquisa se constitui em desdobramentos das atividades de extensão, pesquisa e ensino da Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó/ Breves da Universidade Federal do Pará (FACSS/CUMB/UFPA), em que as incursões na “Rua do Matadouro” começaram a se desenvolver a partir do ano de 2017 por dentro das atividades da disciplina de “Laboratório de Instrumentos e Técnicas do Serviço Social I” que compõe o currículo do referido curso.

Desta experiência resultou, como atividade avaliativa, o relatório social “A vida dos mora-

dores de palafitas no bairro Miritizal no município de Melgaço/PA”⁴, que posteriormente tornou-se no artigo “As condições de moradia na Amazônia marajoara: considerações sobre o município de Melgaço (Marajó/PA)”⁵. As mencionadas produções, elaboradas no ano de 2017, se concentraram em uma análise quantitativa do perfil dos moradores, abrindo várias possibilidades para pensarmos em formas de abordagens, análises e intervenções futuras.

Considerando estes aspectos, neste estudo apresentamos os resultados da pesquisa desenvolvida por Costa e Nogueira (2020)⁶ em que damos continuidade e nos aprofundamos nas análises sobre a questão habitacional no Marajó, considerando a rotatividade e expansão do número de moradores em tempos de pandemia do novo coronavírus, assim como refletindo sobre as possibilidades de atuação das políticas sociais e do Serviço Social como importantes ferramentas catalisadoras de inclusão social.

A intenção primeira deste estudo é o de dar visibilidade à questão habitacional no Marajó, considerando a sua extensão e particularidades, no qual nos centramos na parte Ocidental, especificamente nas condições de vida e moradia da população melgacense, refletindo sobre os seus aspectos socioeconômicos, bem como as características sociais, políticas e econômicas do município de Melgaço/PA. Para tanto, temos como foco de investigação o Bairro Miritizal com recorte na Rua Manoel Dias da Conceição conhecida popularmente como “Rua do Matadouro”⁷, com o objetivo de analisar as condições de moradia dessa população.

Esta pesquisa está organizada em torno dos seguintes objetivos: I) Refletir sobre a política habitacional no município de Melgaço/PA; II) Caracterizar a “Rua do Matadouro” e o perfil socioeconômico de seus moradores; III) Identificar as principais demandas apresentadas pelos moradores da “Rua do Matadouro” quanto a questão habitacional e IV) Refletir sobre as possibilidades, competências e atribuições do/a assistente social nas políticas habitacionais e urbanas.

Assim, primeiramente, apresentamos uma análise sobre a política habitacional no Brasil e o processo histórico de luta pelo direito e acesso à moradia digna, trazendo à tona duas conquistas jurídicas fundamentais para sua garantia e inclusão enquanto direito fundamental ao desenvolvimento humano: a Constituição Federal de 1988 e a consolidação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001) que enfatizam a função social da cidade e a moradia como direito básico que deve ser garantido pelo Estado.

Em segundo, abordamos sobre os impactos dos processos históricos de organização das Sociedades Capitalistas nas formas de reprodução das cidades e submoradias na Amazônia brasileira, a fim de nos situarmos nas especificidades do Marajó Ocidental que impactam nas formas de morar e sobreviver de sua população. Tecendo estes fios, chegamos ao município de Melgaço/PA, caracterizando o Bairro Miritizal e o perfil de seus moradores.

A fim de refletirmos sobre as condições de vida e moradia da população marajoara melgacense, assim como oferecer subsídios para o fortalecimento de políticas sociais na região, antes de nossas considerações finais apresentamos uma seção que se dedica às atribuições e possibilidades da atuação do assistente social na construção de políticas urbanas e habitacionais que

⁴ Costa et al. (2017).

⁵ Apresentado no XVI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de 2019.

⁶ Trabalho intitulado como “As submoradias no Marajó Ocidental: a questão habitacional dos moradores do Bairro Miritizal (Melgaço/PA)”, defendido, no dia 10/12/2020, por Caleb da Costa e de João Vitor Lima Nogueira (2020) como monografia de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Serviço Social do Campus Universitário do Marajó/Breves (CUMB) da Universidade Federal do Pará (UFPA).

⁷ Nomenclatura que utilizaremos no decorrer deste trabalho por possuir maior afinidade entre os moradores locais.

sejam inclusivas e democráticas, indicando a importância da obrigatoriedade da presença deste profissional nas referidas políticas.

Neste sentido, discorremos sobre a atuação do profissional do Serviço Social na política habitacional, assim como a sua trajetória na construção desta política e demanda, reafirmando a importância da atuação do/a assistente social de forma coerente e comprometida com o projeto ético-político da profissão, ou seja que se dê por dentro de um processo de fortalecimento dos sujeitos, proporcionando a sua emancipação social e possibilitando que a comunidade local conheça e debata a questão habitacional e *o direito a morar*, pois assim podem se tornar protagonistas nesse processo de forma a contemplar seus anseios e se avance em direção à transformação social.

Este estudo se constitui em pesquisa exploratória, no qual recorreremos a levantamento bibliográfico, documental e de campo. A pesquisa de campo, especificamente para a realização das entrevistas, foi adiada e passou por restrições em virtude das medidas de isolamento social decorrentes da pandemia do SARS-CoV-2⁸, assim as visitas ao *locus* ocorreram no período de 01 a 20 de outubro de 2020, de forma limitada, no qual tivemos a participação de 11 sujeitos, sendo um representante por família. Foram aplicados questionários socioeconômicos com os responsáveis de cada família para viabilizar a análise de dados fundamentais, como: características das moradias, renda e os serviços públicos disponíveis para a comunidade.

É possível afirmar que esta população tem sofrido com a segregação socioespacial, pois sem renda suficiente para adquirir terra em local com estrutura adequada é relegada à exclusão e conseqüentemente à negação de seus direitos, ficando expostas a diferentes formas de exclusão e violência. Vale destacar que no município de Melgaço não há investimento/planejamento em políticas públicas de capacitação da população que possibilite acessar o trabalho formal, ao mesmo tempo em que não existem incentivos para o fortalecimento das atividades desempenhadas na comunidade como a pesca, o extrativismo e a agricultura familiar como alternativas de enfrentamento à exclusão social. Desta forma, as condições de moradia presentes na “Rua do Matadouro” têm relação com a ausência de renda, fragilidade e ineficiência de políticas públicas, resultantes de um Estado ausente e que desconsidera a participação democrática da comunidade local na formulação de programas e projetos sociais.

2 A POLÍTICA HABITACIONAL NO BRASIL: A LUTA PELO DIREITO À MORADIA

A luta pela reforma urbana data de um longo período no Brasil, contando a partir da década de 1950 e resultou em importantes avanços na política urbana, principalmente com a inclusão de alguns dispositivos fundamentais na Constituição Federal de 88 (FARAGE e DIAS, 2018). A crescente desigualdade social e a segregação do espaço acabaram gerando aglutinação de movimentos sociais diversos em torno da questão urbana e cobranças por melhorias que atendessem as reivindicações em pauta. Como fruto dessas mobilizações, passou a constar na Carta Magna o art. 182, que a política urbana “tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvi-

⁸ No dia 08 de fevereiro de 2020, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria n. 188, declara o avanço da epidemia do Coronavírus – COVID-19 como Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), de acordo com o decreto n. 7.616 de 17 de novembro de 2011 (BRASIL, 2020). Apesar de não haver ainda o registro de casos oficiais de pessoas acometidas pelo novo COVID-19 no Marajó, no dia 19 de março de 2020, o CUMB adotou a medida do *lockdown*, seguindo as normas superiores da UFPA, oficializadas pela portaria 1206/2020 do dia 8 de abril. Disponível em <http://progep.ufpa.br/progep/documentos/teletrabalho/Portaria-1260-2020.pdf>.

mento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes” (BRASIL, 1988), artigo este que posteriormente foi regulamentado pelo Estatuto da Cidade - Lei nº 10.257/2001.

Segundo Farage e Dias (2018), no governo Lula foi criado o Ministério das Cidades e posteriormente instituído o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS pela Lei nº 11.124/2005, apontando para um novo horizonte para a política urbana no Brasil. A lei 10.257/2001, de iniciativa popular, perdurou por cerca de 13 anos em tramitação no Congresso para enfim ser aprovada em 2001, em que todo esse conjunto de dispositivos jurídicos propiciou a política de Habitação de Interesse Social no Brasil. Ressaltamos que embora ela não tenha tido efeitos práticos significativos, encontramos importantes garantias para promover uma política urbana mais igualitária, que podem ser encontradas no artigo 39 do Estatuto da Cidade.

Mesmo antes de chegarmos à maturidade das presentes garantias, ainda no primeiro ano do governo Bolsonaro, o Ministério das Cidades foi extinto pela edição da Lei nº 13.844/2019 e suas funções foram atribuídas ao então Ministério do Desenvolvimento Regional (HOLLANDA e SANTANA, 2012), além disso, os investimentos na política de habitação foram ínfimos no ano de 2019, reforçando a lógica de fragilização dos direitos sociais básicos⁹.

Conforme aponta Gomes, Mathis e Nascimento (2012), as medidas criadas pelo Estado são sempre direcionadas em defesa do grande capital, tanto nacional quanto internacional, para maximizar a obtenção de altos lucros para o mercado e gerando a invisibilidade dos sujeitos sociais. É preciso considerar que desde o início do século passado, quando ocorreu a mudança no padrão de desenvolvimento econômico no país que mais tarde provocou o êxodo rural, crescendo-se ao inchaço populacional dos grandes centros urbanos, geram, conseqüentemente, a necessidade cada vez maior de construções de novas moradias (SILVA, 1989).

Isso se dá também pelo fato do mercado imobiliário transformar a moradia digna em uma mercadoria, tornando-a um bem de alto custo, na qual as famílias de baixa renda não conseguem acessá-las. Como consequência, ocorre o processo de marginalização dessas famílias que acabam sendo afastadas para as periferias, favelas e áreas de riscos das cidades brasileiras demonstrando a urgente necessidade do Estado brasileiro criar políticas públicas efetivas, mas “a resposta [...] tem sido insuficiente, excludente, autoritária e pautada pela lógica do clientelismo e, predominantemente, pela lógica da privatização, que busca a lucratividade” (SILVA, 1989; p. 33), e sempre voltada para o desenvolvimento do centro urbano para a circulação de mercadoria e moradia para famílias de alta renda.

Neste ínterim, observamos o crescimento do déficit habitacional¹⁰ no Brasil. Segundo pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro, em 2015, o déficit habitacional foi estimado em 6.355 milhões de domicílios, dos quais 5,572 milhões, ou 87,7%, estão localizados nas áreas urbanas e 783 mil unidades encontram-se na área rural (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO,

⁹ Este fato pode ser verificado no *site* da Auditoria Cidadã, elaborado com base no Orçamento Federal executado em 2019, disponibilizado no seguinte endereço eletrônico: <<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/grafico-do-orcamento-federal-2019-2/>>.

¹⁰ O déficit habitacional se refere “[...] diretamente às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas em razão da precariedade das construções ou do desgaste da estrutura física e que por isso devem ser repostas. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, em função da coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), dos moradores de baixa renda com dificuldades de pagar aluguel nas áreas urbanas e dos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais.” (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018; p. 20).

2018). Analisando a situação do estado do Pará, com base nos dados da Companhia de Habitação do Estado do Pará – COHAB, publicado no *site* do jornal *O Liberal* em 2019, o déficit habitacional chegou a quase meio milhão de moradias, o que corresponde a 23,5% do total das moradias do estado¹¹.

Quando nos questionamos do porquê os números relacionados ao déficit habitacional serem altíssimos, destacamos que apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos reconhecerem a moradia como um direito fundamental desde 1948, o reconhecimento enquanto direito social pelo Estado brasileiro somente foi incluída na Constituição Federal em 2002, após pressões internacionais e dos movimentos sociais, passando a constar no art. 6º por meio de Emenda, a garantia de que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia [...] na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988). Pode-se afirmar que foi um avanço importante para a sociedade brasileira.

Porém, a efetivação dos direitos garantidos na Carta Magna brasileira esbarra em sérios problemas concernentes ao acesso à renda. Questões como falta de emprego, políticas sociais ineficientes e até em alguns casos inexistentes tornam as expressões da questão social permanente nas sociedades capitalistas. Destacamos também a consolidação do Estatuto da Cidade, na forma da Lei nº 10.257, em 10 de julho de 2001, que estabeleceu as diretrizes gerais da política urbana, dentre elas a de que a cidade tem uma função social que precisa ser garantida. Sobre isso esta lei trata no art. 2º, inciso I que a “garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as atuais e futuras gerações”.

Não basta somente registrar legalmente esse direito, é preciso torná-lo efetivo, possibilitando a resolução dos graves problemas de infraestrutura, de saneamento básico, de ausência de esgotamento sanitário e um programa habitacional, atuando continuamente na adequação e construção de habitações, visando atender ao número alarmante de famílias que vivem em moradias inadequadas ou sem casa para morar.

Esses mecanismos legais necessitam de instituições, gestores e profissionais comprometidos com a transformação da realidade local. Para isso é importantíssimo que o gestor das políticas públicas vise à resolução dos problemas sociais que, neste caso, é o agravamento das questões habitacionais que impactam diretamente nas condições de moradia (SILVA, 2013).

O déficit habitacional, que no Brasil é fruto de uma série de fatores, dentre eles um longo período de descaso com esta política, é agravado pela intensa migração do meio rural para os centros urbanos com início do período da industrialização nas cidades brasileiras. Embora Melgaço não tenha passado pelo mesmo processo, fatores como a falta de oferta de políticas públicas no meio rural, como saúde e educação, fazem crescer os números de pessoas que deixam seus lugares de origem em busca de educação para seus filhos ou de melhoria de vida no centro da cidade melgacense.

3 CIDADES E SUBMORADIA NA AMAZÔNIA

A compreensão sobre como se organiza e estabelece as questões habitacional no Marajó nos exige um entendimento sobre as dimensões, a natureza e os modos de inserção do capital

¹¹ Quanto ao déficit habitacional no estado do Pará veja a matéria do jornal eletrônico “O Liberal” de 13/07/2019 (<https://www.oliberal.com/para/deficit-habitacional-no-par%C3%A1-passa-de-423-mil-moradias-1.172560>).

na Amazônia, nos atentando para o papel que essa região passou a ter na divisão socioterritorial do trabalho, assumindo a posição de lugar de exploração de matéria-prima e mão-de-obra não qualificada e barata. Evidencia-se que “a expansão capitalista na Amazônia demarcou uma formação territorial com forte desigualdade social” (MEDEIROS, RIBEIRO e SANTANA, 2018, p. 1), provocando o agravamento dos problemas que afetam diretamente as condições de moradia nas cidades amazônicas, ora em virtude das baixíssimas condições socioeconômicas, ora pela ineficiência do poder público em elaborar e/ou executar políticas públicas efetivas que possam dar conta desta problemática.

Em aspectos territoriais e biológicos, encontramos um extenso território, rico em fauna e flora extremamente diversificado e heterogêneo, que oferece grandes desafios para as nossas políticas públicas, gestores e pesquisadores, haja vista que esta região não segue um padrão, inclusive, no modo de estruturar o que seria urbano e rural não atendendo aos modelos impostos pela ótica colonizadora que ainda partem da lógica do centro.

Estamos inseridos em uma realidade que exclui, inferioriza e nega direitos básicos como educação, moradia, água potável e alimentação para os que vivem nos centros urbanos das grandes cidades e nos leva ao esquecimento dos territórios periféricos, tais como as pequenas cidades que estão distantes das capitais brasileiras, em que de modo diferenciado todos acabam por serem atingidos pela pobreza. Enquanto referência de grandes cidades da Amazônia temos Manaus/AM e Belém/PA que concentram boa parte dos serviços, infraestruturas e instituições públicas na região norte, assim como possuem notoriedade na mídia nacional, contudo isto não garante a visibilidade historicamente estabelecida para as cidades do sul e sudeste brasileiro.

Estes aspectos nos permitem pensar sobre o lugar ocupado pelos estados que compõem a Amazônia, considerando sobretudo, os estados da região norte¹² na escala de prioridades da agenda pública brasileira. Aproveitamos para registrar o “mês do apagão” que ocorreu no Amapá, no período de novembro a dezembro de 2020, revelando e demarcando a histórica animosidade e falta de urgência na busca por soluções de problemáticas que atingem este território. Assim como o equívoco ocorrido em pleno pico epidêmico, deste ano, que fez com que Manaus, no auge das mortes por COVID-19, fosse confundida com o Amapá perdendo a entrega de 7 mil vacinas, recebendo somente 2 mil, invertendo a logística¹³.

Se as capitais amazônicas são atingidas pelo descaso e relegadas a um segundo plano, o que podemos dizer das cidades distantes, tidas como pequenas, em que o seu principal meio de transporte são navios, lanchas, canoas e pequenos barcos? Locais que nem ao menos aparecem sinalizadas no *Google Maps*, não possuem sinal de *internet* e não possuem estradas para facilitar o tráfego de pessoas e mercadorias? Quais os impactos destas configurações para as formas de viver e morar de populações ribeirinhas, quilombolas e indígenas que vivem nos interiores¹⁴ dos estados da Amazônia? Possuímos políticas de proteção e conservação ao meio ambiente

¹² Destacando que a Amazônia possui dimensões continentais, abrangendo nove países, em que a sua maioria compreende o território brasileiro, sendo 60% do território nacional, ou seja, nove estados, abarcando a região Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

¹³ “Um mês do apagão no Amapá: o que ainda precisa para a segurança energética?” publicado no jornal eletrônico G1 AP — Macapá (03/12/2020) e a matéria de autoria de Fabiana Figueiredo e John Pacheco, publicado no mesmo meio de comunicação, no dia 24/02/2021, intitulada “Ministério da Saúde admite que errou e trocou número de doses entre o Amazonas e o Amapá; situação será corrigida, diz pasta”.

¹⁴ Bartoli (2018) ao tratar sobre os sistemas territoriais e a rede urbana nas cidades da Amazônia, especifica que o termo “interior” comumente é utilizado pela população local a fim de se referir a vilas, fazendas, aldeias, comunidades e a uma multiplicidade de lugares, sendo em determinada medida utilizado de forma generalista.

que planejam as nossas formas de morar de forma sustentável e digna ou o que temos são políticas de ocupação com caráter desenvolvimentista que excluem a nossa diversidade?

Segundo Costa (2016, p. 53) “Na Amazônia, a dinâmica de cidades apresentam particularidades que lhes são singulares no contexto da formação e urbanização brasileira, mas, que se inserem dentro de uma lógica de exploração”, no qual vigoram a polarização entre centro e periferia, gerando relações desiguais e assimétricas dentro de um mesmo território, considerando as suas diferentes escalas e proporções, por consequência, essas características são fortemente percebidas nas pequenas cidades que são marcadas pela “baixa articulação com as cidades do entorno; as atividades econômicas quase nulas [...] a predominância de atividades caracterizadas como rurais” (OLIVEIRA, 2006, p. 27).

São cidades que não encontraremos grandes empresas e indústrias, assim como não há existência de um grande contingente de trabalhadores sendo absorvidos pelo mercado de trabalho formal, no qual estes ainda vivem da pesca e da agricultura. Partindo dessas reflexões iniciais, é possível observar que as particularidades incorporadas ao processo de formação das pequenas cidades se materializam no campo das relações sociais a partir do aparecimento de diversos aspectos culturais ribeirinhos no cotidiano desses moradores, refletidos no modo de morar e de como são estabelecidas as relações com a natureza.

Como destacamos anteriormente, nas pequenas e distantes cidades das capitais amazônicas paraenses predominam os transportes fluviais, justamente porque os nossos rios são as principais e importantes vias de escoamento de produtos e de circulação de pessoas (GUIMARÃES, OLIVEIRA e RODRIGUES, 2019), logo também as margens dos rios se constituem em locais estratégicos para a ocupação da população local que constroem as suas moradias em modelos de palafitas. Partimos do pressuposto de que as palafitas se constituem em importantes estratégias e alternativas de moradia para a população amazônica e ribeirinha e que carregam elementos importantes de resistência e de cultura. Como muito bem destacam Menezes, Perdigão e Pratschke (2015, p. 242):

[...] o tipo palafita absorve relações de proximidade e de continuidade com a natureza, principalmente com o rio e com espaços de várzea, evidente na maneira como o ribeirinho habita ao estabelecer sua casa em cima da água, como tira seu sustento através da pesca e como transita diariamente.

Contudo, a fim de não romantizar essa relação do ribeirinho com os rios a partir de suas moradias em palafitas, sinalizamos sobre a importância de estarmos atentos às formas de como são realizadas a apropriação de locais que de maneira massiva são espaços irregulares que se apresentam disponíveis nas cidades para a população em situação de pobreza, que acabam por tornar estas palafitas em exemplos comuns de submoradias na Amazônia. Quanto às submoradias, entendemos que são moradias que se encontram “abaixo das condições da qualidade de usufruto, tanto se comparadas à outra moradia, ou comparando-a com um padrão básico de habitação” (LIMA, 2011, p. 7).

Compreendemos que as submoradias se contrapõem ao conceito de moradia digna ou casa condigna que são tratadas por Clemente e Freitas (2010, p. 2; grifo dos autores) como lugar em

que seus habitantes possam encontrar água tratada, um sistema de coleta de esgoto, servida de rede elétrica, e que ela, por sua vez, faça parte de um espaço urbano que conte com pavimentação

ção, transporte urbano, iluminação de ruas, escolas, serviços básicos de saúde e segurança pública, será, decididamente, um palco que reúne as condições básicas para que um indivíduo possa, então, *expressar sua identidade*, a qual neste ambiente se traduzirá em *cidadania*, pois trata com a dignidade necessária um porvir humano.

Da mesma forma, compreendemos também que há uma pluralidade de identidades que devem considerar as manifestações da cultura local e o caráter ativo e dinâmico dos sujeitos que inventam, reinventam e criam estratégias próprias de resistência perante a uma conjuntura de pauperismo. Todavia, as moradias associadas ao modo cultural dos próprios habitantes não podem suprimir as garantias necessárias para sua dignidade, principalmente em um contexto de desmonte das políticas públicas. Sendo assim, uma vez não considerados os parâmetros que garantem essa dignidade, surgem no contexto social melgacense as submoradias.

Essas considerações nos levam a refletir sobre o padrão básico de habitação que nada mais é do que uma habitação com garantia de abrigo suficiente em climas diversos, localizada em local que tenha disponível estrutura adequada de saneamento básico, água potável, energia elétrica. Contudo, o mínimo acessível ainda são de residências com superlotação, sem acessibilidade para idosos, crianças e pessoas com deficiência. Uma moradia adequada, sustentável e acessível pressupõe as que tenham uma estrutura suficiente para que seus habitantes possam desfrutar de saúde física e mental, que atenda às suas diferentes necessidades, ampliando-se assim o conceito de *morar*.

Entretanto, estamos tratando de uma conjuntura e um território envolvido pelas disparidades e desigualdades sociais e econômicas comuns de um sistema econômico que se desenvolve a partir da exploração, apesar de possuímos marcos jurídicos e conceituais que nos estabelecem o ideal: o *morar* como um direito humano básico, contudo, na prática estamos envoltos pelas contradições e violações.

À medida que o sistema capitalista se consolida, a precarização das condições de vida em pequenas cidades amazônicas é refletida no aumento da desigualdade social e na má distribuição de renda que vem sendo alimentada pelo aumento do trabalho informal, pela exploração do trabalho infantil e exploração sexual de crianças e mulheres, bem como pela apropriação dos recursos naturais realizadas por grandes empresas de modo ilegal articuladas ao tráfico de drogas. Neste sentido, a questão habitacional na Amazônia e no Marajó não seria uma problemática isolada que deveria estar à cargo de uma política em específico, mas que deve congrega programas e políticas de Estado que visem fortalecer esta região que possui a maioria dos seus municípios em situação de baixo ou muito baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

3.1 AS CONDIÇÕES DE SUBMORADIAS E POBREZA NO MUNICÍPIO DE MELGAÇO/PA

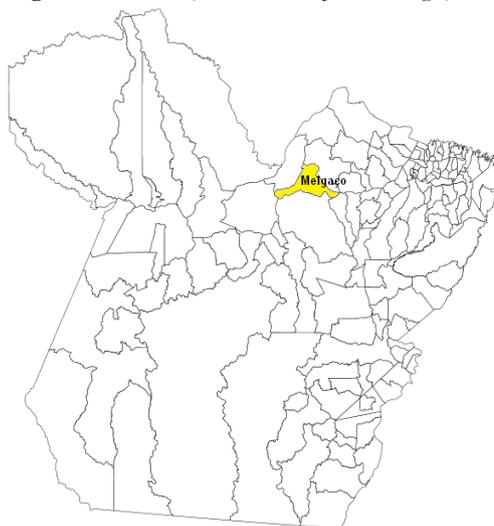
O arquipélago do Marajó possui uma extensão territorial de 49.606 km², comportando 16 municípios divididos em três microrregiões: Arari, Furos de Breves e Portel. Na microrregião do Arari encontram-se os municípios de Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure; enquanto que nas microrregiões dos Furos de Breves e de Portel estão Afuá, Anajás, Breves, Currálinho e São Sebastião da Boa Vista (na primeira) e Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel (na segunda).

Conforme Guimarães (2021), 14 dos 16 municípios marajoaras se encontram nas piores colocações do *ranking* do IDH Municipal (de 2010), excluindo-se somente Salvaterra e Soure

que estão na posição mediana. Desses dados destacamos que o município com o mais baixo IDH Municipal, seja em comparação com os municípios marajoaras quanto a nível nacional, é justamente o município de Melgaço, correspondendo a 0,418, estando na centésima quadragésima terceira posição. Em dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2012, dos então 24 mil habitantes melgacenses 12 mil não seriam alfabetizados, no qual somente 681 pessoas frequentaram o ensino médio¹⁵.

O município de Melgaço está localizado na região Norte do Brasil, no estado do Pará, pertencendo à Mesorregião do Arquipélago do Marajó, especificamente na Microrregião de Portel e fica a 290 km ou cerca de 12h de barco da capital do estado, Belém-PA e tem uma população estimada em 27.654 habitantes, de acordo com o IBGE (2019). No mapa abaixo podemos ver a localização do município em destaque.

Figura 1 - Localização do município de Melgaço-PA.



Fonte: IBGE, 2019.

O município de Melgaço apresenta características tipicamente ribeirinhas, conseqüentemente existe a manutenção de uma relação de interdependência entre os sujeitos, os rios e a floresta. Em Oliveira (2006), podemos notar que nessa região os rios atendem uma necessidade crucial desses habitantes, pois são a principal via de deslocamento para os municípios próximos, a cidade e o meio rural, e a floresta como fonte de subsistência a partir de pequenas atividades produtivas como o extrativismo e atividades agrícolas que contribuem para manter a floresta em pé. Baía (2015, p. 150), descreve que:

Nesse contexto [...] Melgaço identifica-se como uma cidade ribeirinha, pelas históricas relações que estabelece com os espaços rurais/ribeirinhos e vice-versa. É possível registrar em todos os bairros e ruas da cidade, modos de vida da cultura material e sensível presentes no cotidiano da maioria dos habitantes da cidade.

Essas vivências incorporadas na história social da população melgacense são observadas ao longo da pesquisa no cotidiano dos moradores da “Rua do Matadouro”, desde a construção de suas moradias até o modo de se relacionar com a vizinhança. Quanto a isso, Medeiros,

¹⁵ Veja a matéria “Cidade com pior IDH no país, Melgaço, PA, tem 50% de analfabetos” do jornal eletrônico G1 Pará.

Ribeiro e Santana (2018, p. 6), afirmam que “precisa-se considerar também, a relação das populações tradicionais com a natureza, respeitando a cultura e modo de viver amazônico”. No entanto, não se pode partir de uma análise romântica desse cotidiano, pois os seus moradores e principalmente aqueles que não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal vivem em condições difíceis, pois passam a depender de ações e programas governamentais de transferência de renda, tornando nítidas as fragilidades das políticas públicas no município de Melgaço. Pacheco (2006, p. 164), pontua que:

A vida dos ribeirinhos e moradores da cidade não pode ser idealizada sem problemas sociais, como se vivessem em harmonia tanto com a natureza quanto com as pessoas. Há que se perceber esses sujeitos sociais inseridos no movimento da história social local, que engloba práticas sociais diversas. Entre essas estão as disputas sociais pela terra [...] e pela própria preservação de valores e costumes historicamente constituídos. (PACHECO, 2006; p. 164)

Melgaço não é uma cidade planejada, assim como o restante dos municípios marajoaras, em que a população procura formas de sobrevivência e buscar estratégias para que possam ter suas moradias mesmo que de modo improvisado. A população melgacense é diretamente atingida pela falta de uma estrutura de saneamento adequada onde não há rede de esgoto e nenhuma outra forma de escoamento de dejetos fecais, além de possuir uma rede de saúde e educação restrita e ineficiente. Contudo, a principal problemática que atinge os moradores é a falta de água potável para o consumo, apesar de serem cercados por água doce (GUIMARÃES, OLIVEIRA e RODRIGUES, 2019).

São muitos os problemas enfrentados pelos moradores, ainda que não se tenha nenhum diagnóstico anterior sobre a questão habitacional é possível afirmar que a questão da habitação aparece como um problema grave, devido à precariedade das moradias, com grande parte dos domicílios improvisados, residências com poucos cômodos para abrigar famílias com um elevado número de pessoas, sendo que as crianças e os idosos são os mais atingidos por apresentar maior dificuldade de locomoção em locais sem a mínima estrutura¹⁶.

Essa precariedade evidencia-se nos dados disponibilizados pelo Observatório do Marajó (2020) que nos indicam que 95,05% da população não possui esgotamento sanitário e 87% não tem banheiro e nem água encanada em casa. Quando o assunto é abastecimento de água, 90,58% não são atendidos pela rede de distribuição. Esses fatores demonstram as péssimas condições de habitabilidade vivenciadas por esses moradores, principalmente num contexto marcado pela pobreza.

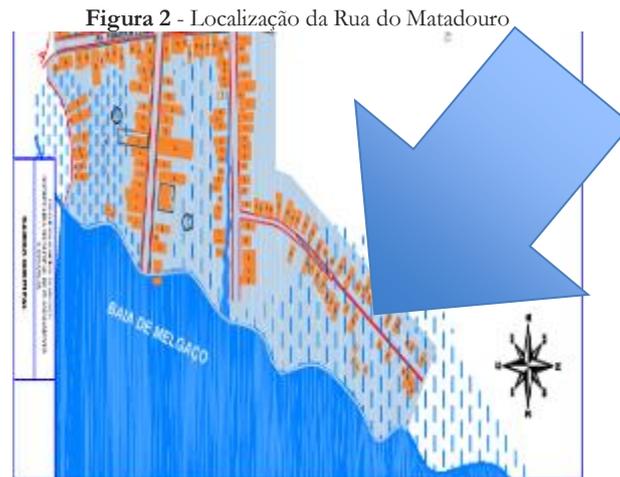
3.1.1 - Os sujeitos que vivem e resistem na “Rua do Matadouro”

O Bairro Miritizal não destoa das características presentes nas pequenas cidades amazônicas, de tal forma que seu surgimento foi marcado por ocupações em grande parte por ribeirinhos “que migram dos espaços rurais e ocupam áreas próximas aos rios e igarapés, por uma questão cultural de manter-se vinculados aos rios e outra, por não dispor de condições financeiras suficientes para adquirir um lugar em outras áreas da cidade” (BAÍÁ, 2015, p. 79).

Como podemos observar na figura 3, a “Rua do Matadouro” indicada pela seta, está localizada na área norte da cidade, ao lado esquerdo da igreja matriz de São Miguel Arcanjo e seu

¹⁶ Mais adiante apresentaremos registros destas moradias.

acesso principal ocorre pela rua Wilson Ribeiro. Devido ela está localizada em uma área de várzea, toda sua extensão acaba sofrendo a influência das marés.



Fonte: Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, 2019.

Por ser uma comunidade próxima ao rio, estando sujeitas ao movimento das marés, verifica-se que a rua em que essa população reside é extremamente afetada durante o período de chuva e/ou marés altas, pois toda sua extensão é área de várzea. Os terrenos de várzea são áreas que acabam por serem periodicamente inundadas pelas águas de rios, lagos, igarapés, paranás e furos, fenômeno comum aos territórios atingidos pelos rios da Amazônia que estão sujeitos aos períodos de enchentes, gerando o transbordamento das águas que passam a invadir as áreas marginais (BENATTI, 2016). Observe as figuras (4 e 5).

Figura 3 – Entrada da "Rua do Matadouro" em período de chuva.



Fonte: Costa e Nogueira (2020).

Figura 4 – As residências na "Rua do Matadouro".



Fonte: Costa e Nogueira (2020).

Durante a pesquisa, constatamos que a comunidade é atingida pela carência de infraestrutura, vivendo em local que passa por constantes períodos de alagamentos, sobretudo, nos meses que correspondem ao período chuvoso¹⁷. Essa situação se agrava para os moradores que

¹⁷ Inicia, normalmente, no mês de novembro e pode se estender até o mês de março do ano seguinte.

residem à beira da baía de Melgaço, no qual possuem como única via de acesso para as suas moradias tábuas estreitas e envelhecidas que ficam suspensas a um metro de altura do solo lamacento (figuras 6 e 7)

Figura 5 – Condições de deslocamento dos moradores



Fonte: Costa e Nogueira (2020).

Figura 6 - As pontes utilizadas pelos moradores que ficam às margens da baía de Melgaço/PA.



Fonte: Costa e Nogueira (2020).

Tomando estas apresentações iniciais realizadas a partir de levantamento documental e visitas de campo, tivemos como principal objetivo dar centralidade às constatações e percepções dos moradores sobre as suas condições de moradia, a fim identificarmos as suas principais demandas. Deste modo, selecionamos 11 (onze) famílias que atendem pelo menos a um dos seguintes critérios:

- I) cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal – CADÚNICO
- II) residentes na Rua do Matadouro/bairro Miritizal (Melgaço/PA).

Construímos um questionário socioeconômico que trata dos seguintes aspectos: idade, escolaridade, raça/cor, renda, membros familiares, quantidade de cômodos (e quais deles servem de dormitórios) e características da moradia. Além disso, abrimos três questões subjetivas:

- 1) Na sua percepção a habitação é um direito?
- 2) Tem conhecimento de algum programa ou projeto habitacional?
- 3) A residência atende as necessidades da sua família?

A partir da sistematização dessas informações apresentamos o local da pesquisa, as informações socioeconômicas e as conclusões da pesquisa neste trabalho. Nos referimos aos entrevistados por algarismos numéricos com o objetivo de resguardar as suas identidades, apesar destes terem nos permitido a utilização de seus nomes de registro e terem assinado o termo de consentimento.

Como ponto de partida para análise dos dados coletados ao longo da pesquisa, apresentamos o quadro abaixo com o perfil dos moradores da “Rua do Matadouro”, constando informações importantes para conhecer essa população. No **Quadro 1** observa-se os perfis dos sujeitos de nossa pesquisa:

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados

ENTREVISTADO	RAÇA/COR	IDADE	ESCOLARIDADE	RENDA
01	Parda	36	Analfabeto	Até ½ salário mínimo
02	Parda	36	Analfabeto	Até 1 salário mínimo
03	Preta	21	Fund. Incompleto.	Até ½ salário mínimo
04	Parda	21	Med. Com.	Até ½ salário mínimo
05	Parda	30	Fund. Incompleto.	Até 1 salário mínimo
06	Parda	47	Fund. Incompleto.	Até ½ salário mínimo
07	Parda	44	Analfabeto	Até 1 salário mínimo
08	Preta	23	Med. Com.	Até ½ salário mínimo
09	Parda	80	Fund. Incompleto.	Até ½ salário mínimo
10	Parda	36	Analfabeto	Até ½ salário mínimo
11	Parda	34	Fund. Incompleto.	Até ½ salário mínimo

Fonte: Costa e Nogueira (2020).

Destacamos que nos guiamos pelas considerações de Guimarães (2020) que aborda sobre a importância de tratarmos dos aspectos cor e raça em nossas pesquisas a fim de fortalecermos um entendimento quanto às manifestações do racismo estrutural na região do Marajó, bem como no fortalecimento das políticas afirmativas. Para isso, adotamos as definições de cor e raça desenvolvidas pelo IBGE no procedimento de autodeclaração dos sujeitos que participaram de nossa pesquisa, que compreende que o conjunto da população negra é composta por pardos e pretos.

No quadro 1 observamos que 02 (dois) entrevistados se consideram de cor preta, enquanto que 09 (nove) de cor parda, ficando evidente que quando se trata de exclusão social o fator da desigualdade étnico-racial sempre está presente, sendo que a população mais atingida pelos problemas sociais são as pessoas negras, ora sendo marginalizadas, ora criminalizadas pela sua condição ou origem, sendo atingidas pelo analfabetismo, por consequência pela sub-remuneração.

Entre estes sujeitos as rendas provêm do trabalho informal, realizando trabalhos na pesca artesanal, no extrativismo do açaí e em trabalhos como diaristas e têm como complemento os valores adquiridos por meio dos programas sociais de transferência de renda do Governo Federal, como o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Com base nas exposições anteriores e nas imagens acima percebemos que é uma população totalmente excluída dos serviços de infraestrutura e extremamente pauperizada. Conforme Guimarães, Oliveira e Rodrigues (2019, p. 2):

Os moradores do município de Melgaço (Marajó/PA) são atingidos por problemáticas de diferentes níveis, como o desemprego e a fome, em que as precárias condições de suas moradias não se constituem em casos isolados e tão menos um pano de fundo da situação de pobreza, são fatores que estão articulados representando e indicando as fragilidades de diferentes políticas públicas, tais como educação, saúde e assistência social, profundamente atingidas por contexto de má distribuição de renda que vigora no país.

Dentre as reflexões tomadas para compreender as condições das moradias, a distribuição de renda aparece como um fator fundamental. Constatamos que dos 11 (onze) entrevistados 08 (oito) moradores tem no recebimento do benefício do PBF sua principal renda, complementando com o trabalho informal (como diarista, madeireiro e pescador). Outros 02 (dois) só conseguem se manter, em meio às dificuldades, da aposentadoria e do BPC, além de 01 (um) ser trabalhador assalariado.

Ao analisarmos a origem da renda, torna-se evidente a fragilidade econômica da comunidade, isso “leva aqueles sujeitos [...] construir suas moradias de acordo com a arquitetura ribeirinha” (BAÍIA, 2015, p. 154), na medida que também representam a utilização de materiais que estariam mais acessíveis para a população, razões pela qual percebemos que as habitações não seguem um critério técnico nas suas construções. As casas improvisadas possuem elementos próprios da cultura ribeirinha (Como pode ser observado na figura 5).

No geral, as construções das residências da “Rua do Matadouro” são extremamente precárias e “não estão contempladas por políticas e serviços públicos, levando os moradores a improvisarem seus acessos a energia, água e esgoto” (BAÍIA, 2015, p. 179). Ao analisarmos essa questão, observamos que nenhuma das famílias entrevistadas possui banheiro ou acesso a esgotamento sanitário, geralmente elas utilizam alguma parte exterior da casa para tomar banho.

Outro fator preocupante decorre da improvisação de seus sanitários construídos com materiais reaproveitados e que por causa dessa precariedade os dejetos são lançados diretamente na várzea, oferecendo sérios riscos à saúde (Figura 7).

Figura 7 – Sanitário improvisado na “Rua do Matadouro”.



Fonte: Costa e Nogueira (2020).

Conforme observamos na figura acima, as características dos sanitários são precárias com acesso por cima dos troncos de árvores e isso tem ocorrido devido os habitantes não possuírem renda adequada e tão pouco haver no município uma política urbana eficaz, restando aos moradores recorrer ao improviso. Apenas 04 (quatro) famílias possuem vasos sanitários enquanto que outras 07 (sete) não, mostrando que o improviso é única alternativa que os moradores encontram para atender minimamente suas necessidades biológicas, visto que na rua não possui qualquer benfeitoria pública.

A prefeitura não faz coleta dos resíduos sólidos no local e isso provoca o despejo ou queima de grande parte do lixo produzido pela comunidade em local próximo às residências, tornando a água imprópria para o consumo dos moradores. Para Baia (2015, p. 156):

As condições ambientais que esses moradores estão inseridos são muito degradantes. Sem abastecimento de água tratada, infraestrutura de energia elétrica (poste e fiação), rede de esgotamento sanitário e ausência de coleta pública de resíduos sólidos, associado ao processo de ocupação das áreas alagadas, são os principais fatores que contribuem para a produção de ambientes considerados em risco sanitário.

Na fala de uma das moradoras é possível perceber que a precariedade da infraestrutura na comunidade impede o acesso das crianças à escola, como podemos constatar em seu relato “[...] muita *vez* eles têm voltado da escola, as *vez* eles tão *tudo* arrumadinho vão pra escola e muita *vez* eles vem voltando já, que foi? Caí lá na ponte. Aí venho todo *atolado*¹⁸. Aí eles *falbo*... muitas *vez* os professor nem acredita, mas é verdade” (ENTREVISTADA 2).

O relato acima além de explicitar a dificuldade que as crianças possuem para acessar a escola, demonstra outro problema que idosos e pessoas com necessidades especiais enfrentam para conseguirem se locomover pela rua, por ser uma área de várzea, todo o acesso acaba ocorrendo por meio das pontes construídas pelos moradores, porém, devido a sua frágil estrutura representa riscos de quedas, como verificamos nas figuras 5 e 6.

A manutenção destas pontes improvisadas é realizada pelos próprios moradores, não havendo uma frequência nas trocas. Com o não abastecimento de água feito pela gestão local os moradores recorrem aos rios para realizarem o consumo, bem como na produção de sua alimentação e asseio diário. Quadro que torna essas pessoas mais atingidas por doenças de infecção, como a diarreia que chega a um índice de 8,9 internações por mil habitantes, conforme dados divulgados pelo IBGE em 2016.

Constatamos que na percepção dos entrevistados não há uma necessidade de melhoria ou precariedade habitacional que precise ser resolvida por parte do poder público, porém os dados levantados demonstram outra realidade. São moradias com poucos cômodos, para abrigar famílias com média de mais de 06 (seis) pessoas, como vemos no quadro a seguir.

Quadro 2– Características das moradias dos entrevistados

Família	Moradia	Nº de cômodos	Quant. de membros	Acabamento
01	Própria	04	10	Sem acabamento
02	Própria	02	11	Sem acabamento
03	Própria	01	05	Sem acabamento
04	Própria	03	04	Sem acabamento
05	Própria	04	04	Sem acabamento
06	Própria	05	05	Sem acabamento
07	Própria	03	04	Sem acabamento
08	Própria	01	03	Sem acabamento
09	Própria	03	02	Sem acabamento
10	Própria	03	09	Sem acabamento
11	Cedida	03	10	Sem acabamento

Fonte: Costa e Nogueira (2020).

Quando analisado as estratégias utilizadas para adquirir o imóvel, podemos afirmar que esses sujeitos, em sua maioria migrantes da área rural, se desfazem de seus pertences do seu antigo endereço para adquirir um pequeno terreno na “Rua do Matadouro”, local escolhido devido apresentar um valor relativamente baixo em função da ausência de infraestrutura e serviços públicos, além de ser mais próximo do centro da cidade de Melgaço.

Na pesquisa, uma das famílias mora em casa cedida por terceiros sendo classificada en-

¹⁸ Termo popularmente utilizado para expressar que ficou todo sujo de lama.

quanto déficit habitacional, porém, as outras 10 (dez) famílias acabam enquadradas como inadequação habitacional¹⁹, tornando evidente a negação do acesso à moradia digna. A maioria dos moradores possuem terrenos, mas residem em habitações que não atendem suas necessidades. Morar é uma necessidade importantíssima, pois além de ser sinônimo de proteção para seus habitantes, possui a capacidade de criar vínculos de pertencimento espacial e social.

4 HABITAÇÃO, SERVIÇO SOCIAL E AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

O profissional do Serviço Social, o assistente social, historicamente possui como principal atribuição a atuação nas diversas expressões da questão social, que se constitui pelas problemáticas geradas pelas relações desiguais que se dão na articulação capital e trabalho, tais como a pobreza, a fome, a violência e exploração sexual, o trabalho infantil, a degradação ambiental e tantas outras manifestações que passam a demandar por planejamentos e atuações coletivas por parte de gestores por meio de políticas públicas.

Esta atribuição proporciona ao profissional a possibilidade de atuar em diferentes áreas que possuam políticas consolidadas na agenda pública, nos quais destacam-se a Educação, Saúde, Cultura, Esporte e Lazer e a Assistência Social, sendo essa última que enquanto política pública é confundida com a profissão. Contudo, como sinalizado desde o início deste artigo, damos mais ênfase às políticas urbanas e habitacionais, que são interligadas.

Tratar sobre a atuação do assistente social nas políticas urbanas e habitacionais significa justamente a mudança nos debates sobre as cidades que envolviam somente o seu caráter infraestrutural e econômico, estabelecendo ações excludentes e de higienização dos centros e periferias. Neste sentido, sendo um processo recente, representa também a recente inserção do Serviço Social na política habitacional no Brasil. Esse profissional foi requisitado em decorrência das pressões sociais devido ao aumento do déficit habitacional no país. Como afirma Santo et al. (2014), o profissional foi então chamado para atuar na inclusão de trabalhadores (com carteira assinada) em projetos habitacionais diante da impossibilidade de aquisição da casa própria, diante dos baixos salários e altos preços dos imóveis, dando-se início aos programas habitacionais de interesse social.

Oficialmente, na esfera federal, esta trajetória teve seu início em 1964, com a Lei N° 4.380, de 21 de agosto, que instituiu o Plano Nacional de Habitação (PNH), implementando o Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. a partir destes dispositivos foi constituído o Sistema Financeiro de Habitação, que até então era financiado pelo Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), posteriormente, em 1967, passa a ser de responsabilidade administrativa do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (ZAPELINI, LIMA e GUEDES, 2017).

Inicialmente, estas iniciativas se realizavam por meio das companhias municipais e estaduais de habitação (COHABs) e das cooperativas habitacionais que se encarregaram dos financiamentos, assim como da contratação de construtoras e o repasse dos imóveis a preço de custo aos “consumidores finais” que em tese seriam as pessoas oriundas das classes de baixa renda. Contudo, este modelo de gestão passou a contemplar as classes altas e médias, vigorando os

¹⁹ Segundo a Fundação João Pinheiro, são considerados como inadequados os domicílios com carência de infraestrutura, adensamento excessivo de moradores em domicílios próprios, problemas de natureza fundiária, cobertura inadequada, ausência de unidade sanitária domiciliar exclusiva ou em alto grau de depreciação.

interesses do mercado imobiliário e das empresas de construção civil (ZAPELINI, LIMA e GUEDES, 2017; PAZ e DINIZ, 2018).

Surgido com o objetivo de possibilitar o acesso à moradia para a população de baixa renda, com o tempo diante dos reajustes das prestações de financiamento que não acompanhavam os reajustes salariais, este ideal foi perdido. Todavia, autores como Zapelini, Lima e Guedes (2018) e Paz e Diniz (2018) destacam o importante legado deixado pelo BNH (extinto em 1986 pelo Decreto-Lei N° 2291 de 21 de novembro) para as políticas habitacionais, justamente, por no seu bojo trazer a concepção de trabalho social que estaria centralizado na organização coletiva de mutuários e cooperados, assim como na discussão sobre os deveres do cidadão (PAZ e DINIZ, 2018).

Esta dimensão ainda reduzida passa por modificações com a Constituição Federal de 1988 que também passa a atribuir aos municípios a responsabilidade pelo planejamento e execução das políticas habitacionais, aliado ao princípio de que é um direito de todos o acesso à moradia digna. A partir destes marcos, passa-se a compreender que a produção do espaço urbano ocorre dentro de um processo de correlações de forças entre o Estado e a população que precisam ser mediadas e negociadas a fim de garantir o acesso à moradia. Se até então a produção deste espaço era realizada de cima para baixo, no qual tinha-se como atores principais os gestores, engenheiros e arquitetos, com as novas determinações a fim de garantir a construção das cidades e das políticas habitacionais de modo inclusivo e democrático, abre-se para o diálogo com os potenciais beneficiários, ou melhor, os usuários.

Considerando que as políticas habitacionais voltam-se para as camadas populares, que exigem a forte articulação entre as diferentes políticas, haja vista que estes não sofrem apenas com as péssimas condições habitacionais e infraestruturais de nossas cidades, mas também são atingidos pela espoliação do trabalho informal e desemprego, tornando-se alvo de outras problemáticas sociais, então articular-se a necessidade da inclusão de um trabalho social (em contraposição ao trabalho físico) que pudesse acompanhar todo o processo dos programas e projetos habitacionais de interesse social (GUIMARÃES, 2016). Deste modo, reconhecido historicamente por lidar com esta demanda, o profissional do Serviço Social passa a ser requisitado.

Essa especificidade inerente ao Serviço Social exige do/a assistente social o comprometimento para intervir na realidade, para isto é necessário considerar e reafirmar as dimensões profissionais, o que necessita de uma práxis com compromisso ético-político em todas as etapas de sua ação, possibilitando a superação de questões emergenciais como da questão habitacional, procurando estratégias para tornar os sujeitos protagonistas nesse processo de forma que alcance seus direitos e anseios.

Dentre os mecanismos regulatórios existentes que fortalecem a atuação profissional destacamos o Código de Ética do/a Assistente Social que aparece como uma ferramenta importantíssima para o alcance das responsabilidades profissionais, pois traz como compromisso fundamental a “ampliação e consolidação da cidadania, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora” (BRASIL, 2012).

Nesse contexto, conforme esclarece a *alínea c* do art. 2º, o assistente social tem o direito de “participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais”. Ao mesmo tempo em que estabelece na *alínea a* do art. 8º, o dever de “programar, administrar, executar e repassar os serviços sociais assegurados institucionalmente” (CFESS, 2012).

Essas garantias põem o profissional em constante embate com as forças que compõem a

sociedade contemporânea e exigem que este seja criativo, competente teórico e tecnicamente, aliando esta capacidade ao compromisso com projeto profissional (COUTO, 2009). Existem importantes dispositivos jurídicos que asseguram o direito do assistente social de exercer sua intervenção em favor dos usuários das políticas públicas existentes no Brasil e da classe trabalhadora, como o Código de Ética do Assistente Social e a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93).

A inserção de assistentes sociais nas diferentes políticas públicas vem acompanhada da noção de que nossos usuários são sujeitos de direitos e de que o Serviço Social nas diferentes esferas públicas é a principal estratégia de inclusão social e democratização, não devendo mais ser visto e entendido como caridade ou filantropia, eximindo qualquer responsabilidade do Estado e dos poderes públicos. Foi de fundamental importância a participação ativa do Serviço Social nos espaços de discussões como fóruns, conferências e conselhos, pois, possibilitou um questionamento crítico sobre a existência de uma política habitacional e sua efetividade no país.

É inadmissível uma atuação profissional alienada de sua realidade social e que a atuação profissional na política pública precisa considerar que habitação não se compõe em um meio isolado, mas faz parte de um contexto entrelaçado em elementos fundamentais como educação, saúde e renda e que interfere em aspectos da vida em sociedade.

A/o assistente social precisa saber utilizar seus instrumentais de trabalho e saber interpretar a realidade social em que está inserido, tendo consciência que os dados não são somente números, eles representam sujeitos que necessitam de uma ação que responda às suas necessidades e exige compromisso profissional com as demandas de seu território. De acordo com Cardoso (2018, p. 49):

[...] o Serviço Social precisa estar no território, produzindo o território como profissional, de forma mediada pela materialidade das políticas sociais e as políticas urbanas, como a habitação e o saneamento, bem como pela intencionalidade de seus compromissos profissionais dos pontos de vista ético e político, para também produzir conhecimento sobre os “territórios de vida” a partir das suas determinações concretas e de uma forma compromissada com a superação das práticas socioespaciais de dominação dos subalternos e dos controle disciplinador da vida cotidiana.

Escapando da lógica inicial que mais excluía, do que incluía, sujeitos que deveriam ter por direito o acesso à uma moradia digna, nas novas configurações, guiados por um novo projeto ético-político, a/o assistente social deve pensar a realidade e o território local a fim de construir estratégias que possam possibilitar o acesso à seus usuários. Cada região possui potencialidades e desafios que necessitam ser identificados.

Faz-se necessário, portanto, ao profissional realizar a mediação dos interesses antagônicos no território, considerando que “pelo exercício de morar, possibilita sua constituição como sujeito de direito à cidade” (PINTO, 2018, p. 89). Por que identificar os desafios? Como foi demonstrado ao longo desta pesquisa sobre a questão habitacional em Melgaço, identificamos que não existe uma política de planejamento urbano e habitacional própria para poder oferecer respostas à precariedade vivida por seus moradores, contudo, as políticas que mais se destacam e que possuem assistentes sociais são as políticas de Saúde e a de Assistência Social do município, mas a segunda possui um número mais significativo de profissionais, comumente sendo o principal demandador de assistentes sociais.

Salientar este aspecto decorre do necessário entendimento sobre a amplitude da Assistência Social e a sua importância numa região que figura entre os mais baixos IDH do país, representando um massivo contingente de pessoas em situação de pobreza e sobrevivendo em sua boa parte dos programas de transferência de renda, logo nos levando a refletir sobre as potencialidades da referida política num contexto de diferentes restrições.

A Assistência Social é uma política pública que tem como função prover os mínimos sociais, visando atender às necessidades básicas de seus usuários, sendo assertivo afirmar que ela tem um papel primordial na promoção do acesso aos direitos sociais constituídos (BRASIL, 1993). A política de Assistência Social ganhou um marco importante a partir da aprovação da Lei nº 8.742/93, pois passou a ser considerada uma política assentada nos princípios da participação social e progressiva ampliação de seu papel na proteção social.

No inciso II da seção I, a Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, garante a “universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas” (BRASIL, 1993). É, portanto, inegável que o Brasil tem avançado muito na construção de dispositivos jurídicos, propiciando um amplo aporte para que as demandas sociais sejam alcançadas. Contudo, ainda observamos que esta política atua de modo isolado, não conseguindo romper as percepções restritas de políticas públicas que não permite o amplo diálogo e articulação indo para além de iniciativas assistencialistas fortemente engendradas pelas gestões municipais, vigorando a perspectiva eleitoreira, não procurando emancipar a sua população. Resultado: uma política restrita e engessada que impacta diretamente nas ações estratégicas dos seus profissionais.

Pinto (2018), aponta passos importantes para que o trabalho profissional seja baseado nos conceitos do projeto profissional, sendo que a atuação deve ser pautada em projetos que tenham objetivos e estratégias alinhadas aos interesses dos usuários e que provoquem incessantemente a participação desses sujeitos em lutas sociais por seus direitos a partir dos movimentos sociais. Apesar das restrições, é fundamental termos em mente que os espaços sócio-ocupacionais em que atuamos são verdadeiras trincheiras de resistência, sobretudo diante da atual conjuntura de desvalorização das políticas sociais.

Indicamos enquanto alternativas que podem ser fomentadas pelos assistentes sociais, por dentro da Política de Assistência Social, a realização de momentos formativos que potencializem nos moradores melgacenses posturas que promovam ações em torno do seu direito à morar de forma digna, contribuindo inclusive, na criação de associação de moradores com a finalidade de reivindicar por planos e projetos habitacionais, assim como dar visibilidade à precária condição de moradia da maioria da população.

Neste aspecto, corroborando com Guimarães (2012), acreditamos no potencial caráter educativo que o assistente social possui, que ao lidar com as problemáticas sociais e ter como público alvo de sua ação pessoas em situação de vulnerabilidade social, não sendo um mero informante sobre direitos e deveres, mas sobretudo, sendo fundamentais catalisadores de debates que até então se mostram distantes da realidade de pessoas que querem tão somente *um teto sobre suas cabeças*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demarcar os princípios constitucionais que determinam a habitação como um direito social fundamental na Carta Magna brasileira para pensar sobre a questão habitacional no município

de Melgaço objetiva justamente criar pontes para refletirmos sobre o princípio de dignidade humana junto a uma população esquecida em todos os sentidos e que desconhecem os seus direitos, nos permitindo questionar a efetiva aplicabilidade das políticas públicas em uma região tida como tão distante em tempos de globalização e avanço tecnológico e científico.

Realizamos a seguinte leitura: Um Estado ausente, que se exime de suas responsabilidades de prover políticas que tenham continuidade, que sejam articuladas e ampliadas, ganha terreno na frágil organização social dos moradores (pela ausência de conhecimentos de seus direitos). Durante a aplicação de nossos questionários tornou-se notório que os moradores não conseguem ter o entendimento de que a habitação é um direito social garantido pela Constituição. Fato que também demonstra a fragilidade da política educacional, visto que segundo o censo de 2010, 50% da população melgacense é analfabeta, apontando que não há uma perspectiva de ruptura dessas condições.

Devido às especificidades de Melgaço, encontramos dificuldades na execução da pesquisa bibliográfica pelo fato de estarmos numa região que não possui biblioteca, prejudicando nosso acesso a livros clássicos para a discussão sobre a política habitacional e urbana. Outra dificuldade está relacionada ao não acesso a documentos que comprovem a existência de um setor responsável pela execução da Política de Habitação, tampouco tivemos conhecimento do Plano Diretor Participativo que, em tese, direcionaria as ações da política urbana diante da questão habitacional no âmbito municipal, pois os gestores municipais acabaram por ignorar as nossas requisições de acesso a esses documentos públicos, o que nos indica, inclusive, a falta de transparência no modo de execução das ações públicas.

A partir destes indícios é possível afirmar que no município não existe uma política habitacional na prática, ficando sua existência somente no papel para cumprir uma obrigação legal. As poucas intervenções municipais relacionadas ao contexto habitacional não passaram de atos pontuais e paliativos, a exemplo do Cheque Moradia, na qual o município tem apenas a responsabilidade de realizar o processo de seleção das famílias e o faz seguindo uma lógica clientelista, desconsiderando as orientações técnicas do programa.

Nas áreas periféricas da cidade de Melgaço o acirramento da questão urbana e da segregação do espaço fica visível na naturalização das problemáticas pelos próprios moradores. Observamos durante a pesquisa que mesmo vivendo às margens do acesso a serviços públicos, como saneamento básico, água potável, coleta de lixo e infraestrutura adequada, os moradores da “Rua do Matadouro” não têm consciência crítica sobre sua própria realidade.

Enfatizamos que a manutenção do modo de vida ribeirinho na “Rua do Matadouro” não deve ser entendida como atraso, mas como uma forma de resistência diante do grave quadro de exclusão social enfrentados por esses sujeitos, nem o costume de agregar muitas pessoas sob o mesmo teto e compartilhamento do mesmo dormitório deve servir como pano de fundo para esconder a ausência de moradia adequada a essas famílias. Podemos perceber que os moradores têm frágeis laços de pertencimento com o local, devido seu constante enfrentamento das dificuldades, sendo notável neles o desejo de ir para um lugar com uma estrutura mais adequada.

Como indicamos no início deste artigo, esta pesquisa se constitui em desdobramentos das ações desenvolvidas pela FACSS/CUMB/UFPA, que possui uma atuação de onze anos na região marajoara, que ao ter como sede o município de Breves, em 2016 ofertou a primeira turma de Serviço Social para Melgaço, a partir de uma solicitação e mobilização dos então gestores e movimentos sociais locais. Diante da escassez de profissionais formados em Serviço

Social num município que apresenta uma grande demanda a ser trabalhada por diferentes políticas sociais.

A intenção primeira da faculdade seria a de formar assistentes sociais que fossem do município em questão e que pudessem atuar e compreender a realidade local de forma crítica, criativa e propositiva, sempre contextualizando e visualizando as particularidades e especificidades do território. Esta primeira experiência possibilitou a realização de atividades de pesquisa e extensão que passaram a pôr em tela as problemáticas sociais que atingem diretamente o município de Melgaço que até então estava na condição de lugar desconhecido para se tornar “a cidade com o pior IDH do Brasil”.

Destes encontros resultaram momentos de formação, rodas de conversas e audiências públicas que reuniram profissionais de diferentes formações e a sociedade melgacense como um todo para pensarem sobre a sua realidade e condições de vida. Assim como as pesquisas que se desenvolveram constituíram-se em importantes oportunidades de registro e visibilidade de questões que necessitam ser pensadas e incluídas no planejamento municipal e estadual.

Importante lembrar que estas pesquisas e atividades formativas foram pensadas e fomentadas por jovens melgacenses que até então eram somente agentes informativos e “objetos” de pesquisas para que pesquisadores de fora pudessem falar sobre as suas vivências. Nesta reviravolta tem-se estes jovens como sujeitos ativos e produtores de conhecimento sobre as suas vidas e território.

Esta pesquisa é um exemplo claro deste processo. Quando nos referimos a uma capacidade constitutiva da profissão para lidar e oferecer respostas às demandas sociais que se apresentam cotidianamente, não há como destacar as possibilidades de fortalecimento que passam a ser oferecidas à população marajoara melgacense, haja vista que o assistente social possui como expertise a elaboração, execução e coordenação de projeto sociais, que são instrumentos primordiais do Serviço Social.

Deste modo, registramos, que ao longo da elaboração deste estudo, que ocorreu no momento de expansão do COVID-19 no Marajó, aprovamos uma ação social a partir da chamada realizada pelo “Gabinete Popular de Crise do Marajó” que nos possibilitou realizar a doação de alimentos e *kits* de higiene para as famílias da “Rua do Matadouro”. Com estas considerações sinalizamos quanto a importância da universidade pública, enquanto importante agente articulador e gerador de conhecimento junto a comunidade para que esta possa estar realmente fortalecida diante do grave quadro de violações de direitos sociais, humanos e políticos. Faz-se necessário a efetivação da participação social com base nos princípios democráticos conquistados e reafirmados na Constituição Federal, executar as políticas urbanas trazendo melhorias na infraestrutura da cidade, bem como na área habitacional.

6 REFERÊNCIAS

- BAIA, Hélio Pena. **Rurbanidades marajoaras: produção, consumo e mudanças culturais no espaço da cidade de Melgaço-PA**. Dissertação (Mestrado) - Universidade da Amazônia, Programa de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano. Belém, 2015.
- BARTOLI, Estavan. Cidades na Amazônia, sistemas territoriais e a rede urbana. **Mercator**, Fortaleza, v. 17, e 17027, 2018.
- BENATTI, José Heder. Várzea e as populações tradicionais: a tentativa de implementar políticas públicas em uma região ecologicamente instável. In: ALVES, Fábio (Org.). **A função**

- socioambiental do patrimônio da União na Amazônia.** Brasília: IPEA, 2016.
- BRASIL. Lei 8.742. **Lei Orgânica de Assistência Social – (LOAS).** Brasília, DF, 7 de dezembro de 1993.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade.** Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf?sequence=6>>. Acesso em: 15 de agosto de 2020.
- BRASIL. Código de ética do/a assistente social. **Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão.** - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: 18 de agosto de 2020.
- CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. Terra e propriedade como fundamentos da análise das questões agrária, urbana e ambiental. In: SANTANA, Joana Valente. **Habitação e Serviço Social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas.** Campinas: ed. Papel Social, 2018. p. 43-69.
- CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competência profissional.** Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 2009 (p. 651-663).
- Cidade com pior IDH no país, Melgaço, PA, tem 50% de analfabetos. **Jornal Eletrônico G1 Pará,** Belém, 29 de jul. de 2013. Disponível em < <http://g1.globo.com/para/para/noticia/2013/07/cidade-com-pior-idh-no-pais-melgaco-pa-tem-50-de-analfabetos.html>>. Acesso em: 02/07/2020.
- CLEMENTE, Alexandre Shimizu; FREITAS, Riva Sobrado de. **A dimensão humana do direito à moradia.** Trabalho publicado nos Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI realizado em Fortaleza - CE nos dias 09, 10, 11 e 12 de Junho de 2010. Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/fortaleza/4099.pdf>; acesso: 10/01/2021.
- COSTA, Najara Mayla do Socorro Veiga. **Produção habitacional em pequenas cidades paraenses: análise do Programa Minha Casa Minha Vida e Planos Locais de Habitação de Interesse Social.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicada, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2016.
- COSTA, Calebe da et al. **Relatório Social: A vida dos moradores de palafitas no bairro Miritizal no município de Melgaço/PA.** Trabalho desenvolvido como requisito avaliativo da disciplina "Laboratório de Instrumentos e Técnicas do Serviço Social I" da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó/Breves, 2017.
- COSTA, Calebe da; NOGUEIRA, João Vitor Lima. **As submoradias no Marajó Ocidental: a questão habitacional dos moradores do Bairro Miritizal (Melgaço/PA).** 2020. 31 f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Pará, Breves, 2020.
- COUTO, Berenice Rojas. Formulação do projeto de trabalho profissional. In: COUTO, Berenice Rojas; DEGENSZAJN, Raquel Raichelis; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília-DF. UnB-Centro de Educação a Distância, 2009, p. 1-13. Disponível em: < <https://hdl.handle.net/10923/7912>>. Acesso em: 29 de novembro de 2020.
- Déficit habitacional no Pará passa de 423 mil moradia. **O Liberal,** Belém, 13 de jul. de 2019. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/para/deficit-habitacional-no-par%C3%A1->

passa-de-423-mil-moradias-1.172560>. Acesso em: 09 de outubro de 2020.

FIGUEIREDO, Fabiana; PACHECO, John.. Ministério da Saúde admite que errou e trocou número de doses entre o Amazonas e o Amapá; situação será corrigida, diz pasta. **Jornal Eletrônico G1 Amapá**, Macapá, 24 de fev. de 2021. Disponível em < <https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2021/02/24/ministerio-da-saude-admite-que-errou-e-trocou-numero-de-doses-entre-o-amazonas-e-o-amapa-situacao-sera-corrigida-diz-pasta.ghtml>>. Acesso em: 25/02/2021.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Diretoria de Estatística e Informações. (FJP) **Déficit Habitacional no Brasil 2015**. - Belo Horizonte : FJP, 2018. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/consultaDetalheDocumento.php?iCodDocumento=76871>>; acesso: 12/10/2010.

GOMES, Vera Lucia Batista; MATHIS, Adriana de Azevedo; NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso. Trabalho precário e precariedade da Habitação na Amazônia brasileira: Notas para Reflexão Sobre a particularidade do Estado do Pará. In: HOLANDA, Anna Carolina Gomes; SANTANA, Joana Valente; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de (orgs.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém, Ed.ufpa, 2012, p.167-182.

Gráfico do orçamento federal – 2019. Auditoria cidadã, 2019. Disponível em: <<https://auditoriacidada.org.br/conteudo/grafico-do-orcamento-federal-2019-2/>>. Acesso em 27 de novembro de 2020.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. **Educação Ambiental e Cidades Amazônicas: pautas para o Serviço Social**. – 1ª ed. – Saarburcken: Novas Edições Acadêmicas, 2016.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. Ser negro no Marajó: notas sobre identidade e racismo na Amazônia paraense. **Revista @rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 17, 2020 (80-106).

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva; OLIVEIRA, Nayane da Silva de; RODRIGUES, Márcia Thayana do Rosário. **As condições de moradia na Amazônia marajoara: considerações sobre o município de Melgaço (Marajó/PA)**. In: Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 16, 2019, Brasília-DF. Anais. Brasília-DF: CBAS, 2019. p. 1-11.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes no Arquipélago do Marajó/PA: Desafios e Possibilidades do Território. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais –RBHCS**, vol. 13, nº 25, Edição Especial, 2021.

HOLANDA, Anna Carolina Gomes; SANTANA, Joana Valente. Avanços e limites da nova Política Nacional de Habitação: Reflexão sobre a descentralização a partir do caso do Estado do Pará. In: HOLANDA, Anna Carolina Gomes; MOURA, Aldebaran do Socorro Farias de; SANTANA, Joana Valente. (Orgs.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia**. Belém, Ed.ufpa, 2012, p.183-198.

IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/melgaco.html>>. Acesso em: 14 de agosto de 2020.

LIMA, Lívia de Souza. **O crescimento urbano e as condições de submoradia: Estudo da efetividade do Programa de Cortiços da cidade de São Paulo**. II Conferência do Desenvolvimento Ipea Code 2011. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area7/area7-artigo2.pdf>>. Acesso em: 31 de outubro de 2020.

MEDEIROS, Mônica de Melo; RIBEIRO, Rovaine; SANTANA, Joana valente; SILVA, Walquiria Maria Sousa da Silva. **Habitação na Amazônia: dimensões do urbano e do rural no**

- Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV).** Anais do 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018. Disponível em: <<https://www.periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22588/15083>>. Acesso em: 31 de outubro de 2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MELGAÇO/PA. Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA. **Mapa de localização da Rua do Matadouro**, 2019.
- MENEZES, Tainá Marçal Dos Santos; PERDIGÃO, Ana Klaudia De Almeida Viana; PRAT-SCHKE, Anja. O tipo palafita amazônico: contribuições ao processo de projeto de arquitetura. **Oculum ens.** Campinas, 12(2), 237-254, Julho-Dezembro 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351743262004>>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.
- OBSERVATÓRIO DO MARAJÓ/LUTE SEM FRONTEIRAS. **40 dias de Marajó com Coronavírus. Cadernos do Marajó** – Edição Especial, publicado no dia 01/06/2020. Disponível em <www.observatoriodomarajo.org>. Acesso: 01/06/2020.
- OLIVEIRA, José Aldemir de. **A cultura, as cidades e os rios na Amazônia.** Cienc. Cult. [Online]. 2006, vol. 58, n.3, pp. 27 -29.
- PACHECO, Agenor Sarraf. **À margem dos “Marajós”: cotidiano, memórias e imagens da “Cidade-Floresta” - Melgaço-PA.** Belém-PA: Editora Paka-Tatu, 2006.
- PAZ, Rosângela Dias Oliveira da; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi. **O Trabalho Social na Política Habitacional: A vitalidade do Serviço Social.** In: XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2018. Vitória/ES. **Anais ...** Vitória/ES: ENPESS/UFES, 2018.
- PINTO, Marina Barbosa. Captura do direito de morar pelo capital e as exigências ao Serviço Social. In: SANTANA, Joana Valente. **Habitação e Serviço Social: dimensões teóricas, históricas e metodológicas.** Campinas: ed. Papel Social, 2018. p. 89-105.
- SANTO, Mônica do Espírito, et. al. A atuação do assistente social na habitação sob a ótica dos novos espaços sócio ocupacional. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais Unit. Aracaju.** v. 1. n.2 .p. 137-146. março. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas/article/download/1011/715>>. Acesso em: 09 de outubro de 2020.
- SILVA, Aldemir Alves da Silva. O debate contemporâneo sobre a gestão social. **Serv. Soc. Rev., Londrina,** v. 16, n. 1, p. 211-222, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5433/1679-4842.2013v16n1p211>>. Acesso em: 29 de novembro de 2020.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política habitacional brasileira: verso e reverso.** São Paulo/SP. Editora Cortez, 1989.
- Um mês do apagão no Amapá: o que ainda precisa para a segurança energética? **Jornal Eletrônico G1 Amapá,** Macapá, 03 de dez. de 2020. Disponível em <<https://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2020/12/03/um-mes-do-apagao-no-amapa-o-que-ainda-precisa-para-a-seguranca-energetica.ghtml>>. Acesso em: 02/02/2021.
- UFPA, **Portaria n. 1206/2020.** Disponível em <http://progep.ufpa.br/progep/documentos/teletrabalho/Portaria-1260-2020.pdf>. Acesso: 08/04/2020.
- ZAPELINI, Marcello Beckert; LIMA, Jéssica Gomes; GUEDES, Mariana Correia. **Evolução da Política Habitacional no Brasil (1967–2014): Uma Análise de Equilíbrio Pontuado.** Revista interdisciplinar de gestão social v.6 n.3 set./ dez. 2017.